

**Esocial como tecnologia de informação e comunicação governamental:
análise integrativa das publicações nacionais entre 2013 e 2018****Esocial as a government information and communication technology:
integrative analysis of Brazilian publications between 2013 and 2018**

DOI:10.34117/bjdv5n7-126

Recebimento dos originais: 14/06/2019

Aceitação para publicação: 11/07/2019

Bruna Deise Vieira Borges

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: brunaborges18_@hotmail.com

Marlon Eduardo Domingues da Costa

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: marlonedu.costa@hotmail.com

Alexandre de Freitas Carneiro

Doutorando em Administração pela Universidad Nacional de Misiones, Argentina
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: alexandrevha95@gmail.com

José Arilson de Souza

Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: jose.arilson@unir.br

Joelson Agostinho de Pontes

Mestre em Ciências da Religiões pela Faculdade Unida de Vitória
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: joelson.pontes@unir.br

Ariadne dos Santos Massaro

Especialização em Contabilidade, Auditoria e Planejamento Tributário pela Faculdades Integradas de Cacoal
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
Endereço: Av. 02 – Rotary Clube, 3756, Jardim Social, Vilhena-RO, CEP: 76980-000.
E-mail: ariadnemassaro@gmail.com

RESUMO

Nos dias atuais, o Governo conta com o apoio de várias ferramentas de gestão e controle, as quais são capazes de processar informações e obter resultados em tempo real. Uma dessas ferramentas é o eSocial, programa do Governo Federal que foi criado com o intuito de viabilizar e facilitar a garantia de leis previdenciárias e trabalhistas. Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar o que tem sido discutido sobre programa enquanto Tecnologia de Informação e Comunicação governamental, considerando o período de 2013 a 2018. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliométrica, do tipo revisão integrativa, nas bases de dados Scientific Periodicals Electronic Library (Spell), Atena e Google Acadêmico, culminando com a elaboração de categorias de estudos. Disso resultaram 11 pesquisas. O estudo revelou que as publicações ganharam maior frequência a partir de 2013, o que praticamente coincidiu com a implantação do sistema, que ocorreu em 2014. Percebeu-se que existem poucos trabalhos publicados sobre o eSocial. Houve apenas um estudo com foco governamental. A categoria que agregou maior número de estudos foi Funcionamento.

Palavras-chave: Bibliometria; eSocial; Obrigação social.

ABSTRACT

Nowadays, the Government relies on several management and control tools, which are able to process information and generate results in real time. One of these tools is “eSocial”, a Brazilian federal government program that was created in order to enable and facilitate the guarantee of the social security and labor laws. This study had as its general objective to verify what has been discussed about the program as a government’s Information and Communication Technology, considering the period from 2013 to 2018. In order to do so, a bibliometric research was carried out, of an integrative revision type, in the databases Scientific Periodicals Electronic Library (Spell), Atena and Google Scholar, which resulted in the elaboration of the categories of the studies. Eleven researches were found. The study revealed that the publications gained more frequency from 2013 onwards, which almost coincided with the implementation of the system, which occurred in 2014. It was noticed that there are few published works about eSocial. There was only one study with a governmental focus. The category that presented most studies was the functioning.

Keywords: Bibliometrics; eSocial; Social obligation.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhista (o eSocial) é uma ferramenta de gestão e controle criada pelo Governo Federal que pretende unificar, a partir de 2018, o envio de informações fiscais e trabalhistas por parte das empresas privadas e do setor público. Nesse sistema, serão informados aos órgãos de controle todos os dados do empregador e do empregado, tanto no que diz respeito ao controle fiscal quanto em relação ao controle previdenciário e trabalhista. Quanto mais se aproxima o período de adequação ao sistema, mais cresce a curiosidade sobre questões técnicas e sobre como tudo funcionará na prática. Discutir e tirar as dúvidas são ações essenciais que precedem

a implantação de qualquer sistema. Contudo, não se tem visto um debate alargado sobre o eSocial, principalmente no meio acadêmico brasileiro. De fato, para um assunto desta magnitude, que envolve a história e a vida de todas as empresas brasileiras e implica uma mudança cultural por parte de todos os envolvidos, as discussões já teriam que estar num estágio mais avançado.

Desde o início do desenvolvimento desse sistema, no ano de 2007, o eSocial possibilitou uma série de debates sobre como as empresas agiriam para se adequar às novas tecnologias e sobre como encaminhariam às autoridades as devidas informações. Foi então que surgiu a ideia de que isso fosse feito por meio de um único sistema. Pouco mais de dez anos depois, a sociedade pouco falou sobre essa tecnologia e pouco se sabe como operará o sistema de envio das obrigatoriedades.

A expectativa do mercado de trabalho é a de que o eSocial reduza a burocracia e aumente as responsabilidades das empresas no fornecimento de informações. A intenção é que essa nova ferramenta gere um grande impacto no gerenciamento das empresas e dos órgãos públicos, pois a ferramenta permitirá uma gestão mais clara, detalhada e individualizada das regulamentações de trabalho.

É oportuno frisar que o sistema não mudará a legislação brasileira; ele foi criado precisamente para ajudar a cumprir o que não estava sendo cumprido. A lógica é a de que a ferramenta deve dificultar bastante, ou mesmo tornar impossível, algumas práticas que até aqui eram comuns nas instituições brasileiras, como o famoso “jeitinho” brasileiro, comum em muitas empresas que se valem precisamente da flexibilidade atual dos sistemas de envio de informações.

Esta pesquisa busca responder à seguinte questão: o que se discutiu no meio acadêmico brasileiro, entre 2013 e 2018, sobre o eSocial como Tecnologia de Informação e Comunicação governamental? Sendo assim, o objetivo geral é analisar, de forma qualitativa, o que está sendo discutido sobre o eSocial como Tecnologia de Informação Governamental entre os anos de 2013 a 2018. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliométrica de revisão integrativa, que visa analisar as discussões quanto às mudanças, aos desafios e às responsabilidades para a implementação deste sistema de informação de gestão e controle por parte dos órgãos fiscalizadores e seus contribuintes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO**2.1 SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTA (ESOCIAL)**

Como a relação entre empregador e empregado está ficando cada vez mais complexa, os órgãos da administração pública, juntamente com os departamentos de recursos humanos e contábeis, constituem uma realidade singular e dinâmica na vida estrutural e no cotidiano das empresas. Eles devem prestar contas de todas as suas atividades e funções e possuem obrigações de natureza tributária, como, por exemplo, o desconto de imposto de renda e as contribuições previdenciárias. Pensando nessa realidade complexa é que foi criado o eSocial. Trata-se de uma ferramenta que se vale de um amplo aparato tecnológico do Governo Federal, instituído pelo Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014). Conforme o “Manual de Orientação do eSocial”, o programa (2018, p. 5) tem

a finalidade de desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

As obrigações trabalhistas, que passam a ser informadas pelo eSocial, são geradas por meio do trabalho prestado por pessoas jurídicas ou físicas, tendo em troca o recebimento de uma remuneração (PACHECO FILHO; KRUGER, 2015). Pode-se afirmar que o novo sistema constituirá uma vigilância adicional na relação empregado e empregador pois levará ao Governo acesso imediato ao contrato de trabalho, local e carga de horas trabalhadas (MONTEIRO, 2015).

Com a criação desse programa, houve uma unificação no modo de prestar informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais por meio eletrônico. Toda a escrituração digital da folha de pagamento e as obrigações legais das empresas serão registradas nesse sistema. Sendo assim, os acontecimentos da vida dos contribuintes, até mesmo dos trabalhadores domésticos, serão fiscalizados.

Um dos maiores incentivos para a criação deste programa foi a possibilidade de extinção dos dados em duplicidade e com redundâncias, pois, atualmente, essas informações são levadas para todos os órgãos fiscalizadores, gerando um custo elevado e desnecessário. O eSocial é uma ferramenta que armazenará todas as informações e cada órgão de controle

buscará nele apenas o que for necessário para a consulta e fiscalização que for de sua competência.

O programa foi criado para suprir a carência de informações dos órgãos trabalhistas e fiscalizadores, entre eles, a Receita Federal do Brasil (RFB), o Ministério do Trabalho (MTE), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, especialmente no que diz respeito ao tratamento das ações reclamationárias trabalhistas (OLIVEIRA, 2014).

O objetivo principal do eSocial é a escrituração digital social. Outros objetivos mais específicos podem ser listados, tais como:

- facilitar e unificar as obrigações acessórias;
- aprimorar as fiscalizações das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- ampliar o ganho do trabalhador;
- eliminar obrigações acessórias;
- independentemente de vínculo empregatício, conceder informações trabalhistas, previdências e fiscal;
- armazenar dados no ambiente nacional, facilitando aos órgãos pertinentes o acesso às informações;
- estabelecer maior controle de fiscalização RFB;
- assegurar ao trabalhador seus direitos trabalhistas;
- elevar a arrecadação;
- reduzir fraudes;
- diminuir os gastos públicos;
- diminuir as despesas administrativas em relação aos trabalhadores;
- proporcionar melhor controle aos órgãos fiscalizadores no cumprimento das contribuições e obrigações das empresas.

As informações prestadas ao eSocial substituirão a entrega pelos sistemas utilizados atualmente, gerando, assim, economia de tempo e redução das quantidades de obrigações e informações padronizadas. É possível, assim, obter uma informação uniforme e, ao mesmo tempo disponível a diversos órgãos fiscalizadores. Para cada tipo de informação, existe uma norma particular e um tempo específico de cumprimento segundo a legislação. Para disponibilizar todos os dados e cumprir com o cronograma estabelecido,

as empresas têm que obedecer a diversas obrigações mensais e anuais com o mesmo objetivo de gerar informações referentes às relações de trabalho sobre os empregados e os empregadores (LIZOTE; MARIOTE, 2012; VERDINELLI, 2014). No quadro 1, apresentado a seguir, constam algumas das obrigações que serão unificadas.

Quadro 1 – Descrição das obrigações acessórias unificadas.

Obrigações acessórias	Definição
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	Declaração digital enviada mensalmente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), informando todas as admissões, demissões e transferências de empregados.
Relação Anual de Informações Sociais (Rais)	Declaração digital enviada anualmente ao MTE, informando todo o controle da atividade trabalhista do contribuinte, tais como remunerações, afastamentos, descontos de contribuintes sindicais, entre outras.
Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf)	A Dirf é uma declaração feita pela fonte pagadora, com o intuito de informar os rendimentos pagos às pessoas físicas que moram no Brasil, o valor do imposto sobre a renda e as contribuições retidas na fonte dos beneficiários, os pagamentos realizados para planos de assistência à saúde e algumas movimentações dos residentes ou domiciliados no exterior.
Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)	É a informação dada pelo empregador acerca dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais dos empregados.
Ficha de Registro de Empregados	Meio utilizado para comprovar o tempo de serviço perante a Previdência Social, servindo para provar o vínculo entre empregado e empregador.
Folha de Pagamento	Forma de demonstrar os pagamentos e descontos mensais do empregador perante o empregado.

Fonte: Costa *et al.*, 2018, p. 97.

2.2. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

O termo “bibliometria” foi cunhado por Pritchard (1969), em meados da década de 1960, para nomear a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de qualquer

tipo de obras literárias. Os estudos bibliométricos colaboram no intuito de sistematizar pesquisas realizadas em determinada área do saber e direcionar problemas para pesquisas futuras (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). Neste trabalho, ao se analisarem os estudos sobre o tópico do eSocial, adotou-se a revisão integrativa e a análise fatorial exploratória. Além de verificar a quantidade de produção científica sobre o eSocial, pretende-se analisar, avaliar e medir a qualidade dessa produção, verificando o que esses estudos trazem de contribuição para a sociedade. Principalmente na área das Ciências Sociais Aplicadas, os estudos bibliométricos fazem um esforço no sentido de analisar a produção de artigos em um determinado campo de conhecimento, pesquisar as comunidades acadêmicas e descobrir suas ligações de pesquisa, esclarecendo suas motivações. Tais objetivos tornam-se visíveis por meio da criação de indicadores que buscam delinear as instituições e os autores mais prolíferos e os trabalhos de acadêmicos mais citados.

A literatura apresenta uma definição muito mais aprofundada sobre o que sabemos sobre o método de bibliometria. Trata-se de uma análise estatística dos processos de comunicação escrita e também um tratamento quantitativo das propriedades e do comportamento da informação que foram ou serão registradas. O método registra várias sugestões para se aplicar aos serviços de bibliotecas, por meios de métodos quantitativos, inclusive para o desenvolvimento da coleção e da avaliação de serviços (IKPAAHINDLI, 1985). A bibliometria serve também como análise estatística e sociométrica (ferramenta analítica para o estudo de interações entre grupos) da literatura científica. Para Lopes Piñero (1972), existem dois objetivos em relação em método em questão:

- analisar o tamanho (extensão), crescimento e distribuição da bibliografia; e
- estudar a estrutura social dos grupos que produzem e utilizam a literatura científica.

O método bibliométrico é um facilitador da investigação e da relação entre a pesquisa e as variáveis relacionadas ao problema a ser pesquisado, considerando o ambiente no qual a pesquisa se encontra, tudo por meio da aplicação de técnicas estatísticas. Como os estudos de fatos e fenômenos podem facilitar o estabelecimento de diagnósticos e de mensuração, eles podem também melhorar a tomada de decisão nos sistemas de informação, isto é, os métodos quantitativos podem ser utilizados como instrumentos da Administração.

Segundo Boyack, Wylie e Davidson (2002), os estudos bibliométricos são divididos em dois planos: o macropiano, que busca identificar as inter-relações das estruturas de uma determinada área da ciência, algo que ocorre em escala global; e o micropiano, que se refere

aos limites de conhecimento, procurando um melhor entendimento de uma área específica do saber.

O campo de bibliometria não está completamente estruturado. Trata-se de uma área de estudos interdisciplinares, que agrega profissionais de diversas áreas do conhecimento. Como ciência da ciência, a bibliometria tem um caráter puramente voltado para a teoria e constitui também o encontro de várias disciplinas, tendo o objetivo de aplicar os recursos da ciência na análise da própria ciência. Além disso, é uma técnica, alcançando resultados reais a partir de uma compreensão da forma, estrutura e volume da comunicação científica. Por isso, pretende apreender as informações que se constituem como contribuições para o planejamento, a organização e a gerência de sistemas de informação.

O uso dos métodos quantitativos facilita a administração de sistemas da informação por guiar e difundir o fluxo das informações, dentro e fora da instituição. A avaliação e o planejamento, em sistemas de informação, são muito importantes porque o processo técnico é utilizado, principalmente, por indivíduos de alta criatividade, que lidam com conhecimento facilmente acessível e amplamente disseminado, facilitando a criação e o desenvolvimento de novos produtos, métodos e processos.

Em particular na área das Ciências Sociais Aplicadas, os estudos bibliométricos se concentram em analisar a produção de pesquisas em um determinado campo do conhecimento, mapeando as comunidades acadêmicas e identificando as redes de pesquisadores e o que os fazem realizar esses estudos. Esses objetivos são visíveis por meio da criação de indicadores que buscam identificar as instituições e os autores mais atuantes, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (OKUBO, 1997). Por sua vez, a revisão integrativa de literatura é uma forma de pesquisa que procura estudar, criticar e sintetizar uma área representativa de literatura sobre um tema em específico, interligando os achados por meio de *frameworks* e perspectivas (TORRACO, 2005).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa classifica-se como sendo de uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo exploratório e descritivo e, quanto ao método, caracteriza-se como um estudo bibliométrico. Segundo Chueke e Amatucci (2015) e Quevedo-Silva *et al.* (2016), os estudos bibliométricos podem colaborar na tarefa de sistematizar as pesquisas realizadas num determinado campo de saber e identificar problemas a serem investigados em pesquisas futuras, de forma a auxiliar nas próximas pesquisas, ao se

elaborar uma visão resumida e facilitar e indicar caminhos para novos estudos. Servem para identificar tendências e o crescimento do conhecimento em uma área (VANTI, 2002).

Foi utilizado um estudo bibliométrico do tipo revisão integrativa, em preterição do tipo estatístico.

Ainda considerando os seus objetivos, esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória, pois, como explicam Farias Filho e Arruda Filho (2013), a pesquisa qualitativa parte de uma visão e interpretação de fenômenos que não pode ser traduzida em números; já a exploratória proporciona uma maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo explícito. A coleta de dados foi realizada por meio de consulta às bases de dados *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)*, Atena e Google Acadêmico. A busca foi refinada com a utilização de palavras-chave. As etapas de pesquisa estão apresentadas e resumidas no quadro 2. O período de coleta e análise dos dados foi entre os dias 30 de novembro de 2018 e 28 fevereiro de 2019.

Quadro 2 - Caracterização e etapas da pesquisa.

Etapas	Descrição
1. Problema de pesquisa	eSocial como Tecnologia de Informação Governamental: Análise Integrativa das Publicações entre 2013 e 2018.
2. Base de dados	<i>Spell (Scientific Periodicals Electronic Library)</i> , Atena e Google Acadêmico.
3. Critérios de pesquisa – primeira etapa	Processo de busca de publicações utilizando as palavras-chave “eSocial” no título, resumo ou palavras-chave.
4. Critérios de pesquisa – segunda etapa	Processo de seleção das publicações utilizando as palavras “eSocial” e “obrigação social”.
5. Aplicação da pesquisa e possíveis exclusões	Triagem, pela leitura, dos resumos, palavras-chave e introdução dos artigos. Etapa realizada com objetivo de selecionar os artigos que tivessem como objeto de estudo o eSocial e/ou os seus objetivos.

6. Passos	1. Elaborar o resumo de pesquisa; 2. identificar os estudos mais relevantes ao tema; 3. avaliar a qualidade dos estudos levantados; 4. sintetizar os dados coletados; 5. integrar os resultados obtidos (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).
7. Análise crítica dos artigos	Interpretação dita subjetiva (VERGARA, 2016). Revisão integrativa da literatura, com amostras, para análise, crítica e síntese de um corpo representativo da literatura (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).

Fonte: Elaboração própria.

Após essa síntese, foi utilizada uma categorização por assuntos ao se criarem categorias para as temáticas patentes e latentes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No quadro 3, são apresentados os estudos nacionais, de 2013 a 2018, sobre o eSocial. Ao todo, foram contabilizados 11 trabalhos publicados. Após o quadro 3, descrevem-se os objetivos da pesquisa, os principais resultados e as conclusões.

Quadro 3 – Estudos do eSocial (2013 a 2018).

Autores	Título do trabalho	Instituição	Denominação neste estudo
Rodrigues <i>et al.</i> (2013)	“eSocial: uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governos”	Uni-Facef	Estudo 1
Ramos Júnior e Galiotto (2014)	“Government-to-Business: The Brazilian Public Digital Bookkeeping System (Sped) and the eSocial Project”	Faesc	Estudo 2
Costa <i>et al.</i> (2018)	“Implantação do eSocial nas entidades públicas pela perspectiva de contadores públicos paraibanos”	UFPB – UnP	Estudo 3

Caon e Nascimento (2017)	“Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias (eSocial)”	Unoesc Univali	Estudo 4
Oliveira, Santana e Martins (2017)	“Perspectiva dos contadores em relação à implantação do eSocial”	Univali	Estudo 5
Vellucci <i>et al.</i> (2018)	“Os desafios da implantação do eSocial”	Umesp USJT	Estudo 6
Rocha (2015)	“Contabilidade em pauta”	Faresc	Estudo 7
Santos, Locks e Silveira (2015)	“eSocial: um projeto do Governo Federal”	Icep	Estudo 8
Costa, Santos e Assunção (2015)	“Fatores importantes na preparação das empresas contábeis na região metropolitana de Belém para adequação do SPED Social: Uma análise na perspectiva dos empresários contábeis”	Estácio-PA	Estudo 9
Filipin <i>et al.</i> (2016)	“Impactos e benefícios da implantação do EFP Social para os profissionais de escritórios de Contabilidade”	Unijuí	Estudo 10
Cavalcante (2013)	“O eSocial e as mudanças nas relações trabalhistas no Brasil”	FaC	Estudo 11

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No estudo 1, os autores levaram em consideração alguns aspectos sobre a implantação do eSocial. Buscaram, assim, compreender os objetivos do sistema, os principais projetos, as penalidades e os impactos das mudanças nas atividades empresariais.

O estudo 2 foi apresentado em um simpósio na Argentina, no ano de 2014, e nele os autores da Universidade Federal de Santa Catarina mostraram a relação do Governo com as empresas, a fim de identificar a relação entre os contribuintes corporativos e o próprio Governo. Foi dado destaque ao funcionamento da legislação regulatória e aos benefícios do sistema.

No estudo 3, os autores fizeram um levantamento das mudanças ocasionadas pelo eSocial na visão dos contadores públicos paraibanos. A pesquisa foi realizada com os responsáveis da Contabilidade de 30 municípios do estado da Paraíba. Chegou-se ao resultado de que 57,10% dos respondentes afirmaram estar despreparados para a nova realidade trazida pelo novo sistema, 28,60% estão preparados para o planejamento das mudanças necessárias. O menor percentual (14,30%) se considera preparado a comunicar os impactos aos gestores. Esses números retratam uma falta de confiança em relação ao sistema.

No estudo 4, buscou-se analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis a respeito do sistema. Eles foram também questionados acerca da eventual participação em algum treinamento ou curso de capacitação voltado ao eSocial, ministrado por entidades tais como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal. Verificou-se que 63% dos discentes não participaram de quaisquer treinamentos ou cursos de capacitação, 31% não deram resposta e 6% dos discentes que afirmaram ter recebido treinamento, tendo sido capacitados pelo Sindicato dos Contabilistas do estado. Ainda houve um levantamento segundo o qual 89% dos discentes alegam não estar preparados para trabalharem com o eSocial. Além disso, 86% dos discentes analisados afirmam que desconhecem a finalidade dos “eventos” do eSocial, ou seja, desconhecem os eventos de natureza periódica, não periódica, iniciais e os eventos de tabela. No que se refere à segurança das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias disponibilizadas por meio do novo sistema, 55% os discentes analisados acreditam na segurança informacional envolvida e o restante não acredita nessa segurança. No que tange à redução do acúmulo de obrigações acessórias para o setor contábil, 51% dos respondentes não acreditam nessa redução e 46% acreditam. Para os benefícios apontados pelo Governo advindos da implantação do sistema, tais como redução da sonegação fiscal, previdenciária e tributária, verificou-se que 69% dos respondentes acreditam em tais vantagens. Nesse sentido, os discentes analisados apontam o Governo como principal beneficiário com a implementação do sistema (83%), seguido das empresas (6%), dos trabalhadores (5%) e das empresas prestadoras de serviços contábeis (2%).

No estudo 5, foi analisado o grau de conhecimento do sistema apresentado por 251 contadores do estado de Santa Catarina. Observou-se que a maioria dos entrevistados é do gênero masculino (53%). Observou-se também que mais da metade dos respondentes (50,6%) possui Especialização ou Mestrado, e o restante apenas graduação em Ciências Contábeis (49,4%). A maioria dos entrevistados (59%) afirmou que conhece o eSocial há mais de dois anos e somente 1,6% deles declarou não saber do que se trata. Ainda em relação ao conhecimento sobre o eSocial, observou-se que 72,1% dos contadores já participaram de cursos sobre o eSocial e 27,9% não participaram de nenhum curso. Além disso, 41% dos respondentes não se sentem preparados para utilizar o eSocial, o que é um resultado preocupante, pois o sistema já está em funcionamento.

No estudo 6, os autores fizeram um levantamento sobre os desafios de se implantar o sistema no setor de recursos humanos em empresas de portes diferentes, das microempresas até as empresas de grande porte. A pesquisa revelou como está sendo a adaptação dessas organizações ao sistema. Quanto à divisão das empresas participantes por porte, 39% das respostas referem-se a microempresas e empresas pequenas, 23%, a empresas médias, e 38%, a empresas grandes, sendo que essa divisão levou em conta o número de empregados e foi desenvolvida tendo como base os critérios divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2013). O resultado sobre a adaptabilidade ao eSocial quanto ao porte das empresas, ou seja, quantas dessas empresas estão aptas a se adequar ao sistema foi o seguinte: microempresas (60%), pequenas empresas (46%), médias empresas (61,20%) e grandes empresas (65,40%).

No estudo 7, a autora apresentou alguns aspectos acerca do eSocial, tais como objetivos, projeto e criação do programa, com o intuito de esclarecer algumas dúvidas acerca dele – como funcionará, o que substituirá e o que irá entrar de novidade.

O estudo 8, publicado na *Revista Empreendedorismos e Sustentabilidade*, no ano 2015, os autores avaliaram como as mudanças na Contabilidade estão acontecendo por meio do eSocial. Esses autores concluíram que os contadores terão um grande desafio, pois são assuntos novos que necessitam de estudos e de atualização constantes para não deixar os clientes desorientados.

No estudo 9, publicado na *Revista Administração e Contabilidade - RAC*, os autores tiveram como objetivo verificar as perspectivas dos empresários contábeis sobre as dificuldades e impactos encontrados na implantação do projeto eSocial. Os resultados da pesquisa concluíram que 40% das dificuldades das empresas contábeis estão relacionadas à

sensibilização dos empresários e gestores, e 40%, à adequação dos processos internos. 20% viram dificuldades na adequação de segurança da informação. Já em relação aos impactos, 30% das empresas contábeis afirmam que nada muda ou que haverá até um pequeno aumento da burocracia; e 20% afirmam que haverá um grande aumento da burocracia. 40% acreditam que haverá ganho em relação ao cumprimento de direitos trabalhistas; 10% esperam que haja alguma redução na arrecadação de tributos após a implantação do projeto. Em relação às vantagens e à economia, 40% afirmam que haverá redução de gastos com a substituição dos procedimentos atuais (GFIP, CAGED, RAIS, DIRF etc.); 20% afirmam que haverá economia com a redução dos processos trabalhistas; outros 20% consideram que haverá redução nos gastos com tecnologias da informação; e, por fim, 20% acreditam na redução dos gastos com pessoal.

O estudo 10, publicado na *Revista Gestão e Planejamento*, teve como objetivo identificar os desafios e os benefícios relacionados à implantação do eSocial nas empresas, segundo a opinião dos profissionais de escritórios de Contabilidade em um município da região Celeiro, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2015. Observou-se que poucos profissionais desconhecem o sistema, e a maioria está se preparando para implantação do eSocial, ou seja, está se qualificando. O principal desafio até o momento é promover uma mudança cultural nas empresas, sincronizando as informações destas e com a dos escritórios contábeis. Os benefícios são, em maioria, para os empregados, que terão seus direitos realmente cumpridos. Já os profissionais poderão substituir diversas obrigações acessórias. Segundo o estudo, em longo prazo, o eSocial trará benefícios a todos os envolvidos, pois haverá mudanças na rotina existente, nos hábitos, na cultura e nas rotinas enraizadas ao longo do tempo nas empresas e nos empregados.

No estudo 11, a autora abordou o processo de implantação do eSocial, seu funcionamento, as mudanças na atual estrutura de informação trabalhista ao fisco nacional, os impactos nas áreas de atuações das relações trabalhistas e a importância e os benefícios a serem alcançados com o sistema. O estudo constatou uma alteração no sistema fiscal tributário brasileiro. A mudança é relevante e abrangente, pois o eSocial constitui um sistema amplo e complexo do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), abrangendo todos contratantes, desde as empresas multinacionais aos empregadores domésticos.

No quadro a seguir, apresenta-se um resumo dos temas ou categorias contemplados pelos estudos analisados.

Quadro 4 – Síntese dos estudos sobre o eSocial.

Categoria/assunto/tema	Quantidade	Autores
1. Desafios	2	Vellucci <i>et al.</i> (2018); e Filipin <i>et al.</i> (2016).
2. Perspectiva e Expectativa	3	Caon e Nascimento (2017); Oliveira, Santana e Martins (2017); e Costa, Santos e Assunção (2015).
3. Impactos	3	Costa <i>et al.</i> (2018); Santos, Locks e Silveira (2015); e Cavalcante (2013).
4. Benefícios	3	Ramos Júnior e Galioto (2014); Filipin <i>et al.</i> (2016); e Cavalcante (2013).
5. Funcionamento	5	Rodrigues <i>et al.</i> (2013); Ramos Júnior e Galioto (2014); Rocha (2015); Cavalcante (2013); e Costa <i>et al.</i> (2018).

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os temas mais estudados identificados são sobre as categorias: (5) funcionamento do sistema e, empatados, perspectiva e expectativa, impactos e benefícios (2, 3 e 4). O tema menos estudado foi o dos desafios. O estudo que contemplou mais categorias citadas foi o da autora Adrianni da Silva Cavalcante, publicado no ano de 2013 em Fortaleza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar o que se tem discutido sobre o eSocial como Tecnologia de Informação e Comunicação governamental, entre os anos de 2013 e 2018, quanto às tendências, aos desafios e aos impactos da implantação do novo sistema de fiscalização social. Foi realizada uma pesquisa bibliométrica do tipo revisão integrativa da literatura, que revelou, no total, 11 estudos. As publicações ganharam maior frequência a partir de 2013, ano que antecedeu a implantação do sistema.

Constatou-se que os temas que se sobressairam foram os desafios, as perspectivas e expectativas, os impactos, os benefícios e o funcionamento do eSocial. Verificou-se que, na discussão sobre o programa, no âmbito do setor público e privado, destacaram-se as categorias que versam sobre o funcionamento do programa, seguidos pelos temas perspectivas e expectativas e benefícios e impactos. Percebeu-se que existem poucos trabalhos publicados sobre o tema, apenas 11 estudos, nos quais apenas um apresenta um foco voltado para a área governamental, o que mostra necessidade de mais pesquisas. Outro trabalho versou sobre a área de educação superior e pretendeu investigar a perspectiva dos discentes sobre o programa. Os demais trabalhos foram direcionados para a área privada.

Como limitação ao estudo, cita-se o fato de se ter usado para pesquisa as bases *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)*, Google Acadêmico e Atena e estudos nacionais. Como sugestão de futuras pesquisas, podem-se analisar estudos cujo foco seja na área pública e na área educacional da graduação, bem como ampliar a amostra com a inclusão de outras bases de dados. Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de estudos voltados para as consequências e os investimentos da implantação do eSocial no serviço público e para as ações de aperfeiçoamento educacional direcionados à aprendizagem da nova ferramenta.

REFERÊNCIAS

BOYACK, K. W.; WYLIE, B. N.; DAVIDSON, G. S. Domain visualization using VxInsight® for science and technology management. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 9, p. 765-774, 2002. Disponível em: <http://doi.org/10.1002/asi.10066>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 8.373, de 11 de Dezembro de 2014**. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos discentes de Ciências Contábeis sobre o sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e

Previdenciária (eSocial). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (*online*), Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 3-27, jan./abr., 2017.

CAVALCANTE, A. D. S. **O eSocial e as mudanças nas relações trabalhistas no Brasil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). 2012. Faculdades Cearenses, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Mw1kfw>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

COSTA, A. Q. M.; SANTOS, L. S. S.; ASSUNÇÃO, U. S. Fatores importantes na preparação das empresas contábeis na região metropolitana de Belém para adequação do Sped social: Uma Análise na Perspectiva dos Empresários Contábeis. **Revista de Administração e Contabilidade**, [S.l.], v. 2, n. 3, jun. 2015.

COSTA, S. L.; CRUZ, V. L.; SANTOS, R. R.; LEONE, R. J. G. Implantação do eSocial nas entidades públicas pela perspectiva de contadores públicos paraibanos. **Caderno Profissional de Administração – Unimep**, v. 8, n. 1, p. 91-107, 2018.

IKPAAHINDLI, L. An overview of bibliometrics: its measurements, laws and their applications. **Libri**, v. 35, n. 2, p. 163-177, june. 1985.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FILIPIN, R.; REICHERT, N. S.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Fórum Temático - impactos e benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 368-383, maio/ago., 2016.

LIZOTE, S. A.; MARIOT, D. M. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 17-25, 2012.

LOPES PIÑERO, J. M. **El análisis estadístico y sociométrico de la literatura científica**. Valencia: Facultad de Medicina, 1972.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL. Versão 2.4 [Mar. 2018]. Disponível em: <http://portal.eSocial.gov.br/manuais/mos-manual-de-orientacao-do-eSocial-2-4-publicada.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MONTEIRO, E. C. F. Receita Federal transforma eSocial em Big Brother. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1706850-receita-federal-transforma-eSocial-em-big-brother.shtml>. Acesso em: 05 set. 2018.

OKUBO, Y. **Bibliometric Indicators and Analysis of Research Systems: Methods and Examples**. OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 1997/01, OECD Publishing. Systems, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/208277770603>. Acesso em: 05 set. 2018.

OLIVEIRA, A. **eSocial: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: Manual Prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, L. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 2, art. 4, p. 41-53, mai./ago., 2017. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br>. Acesso em: 05 de set. 2018.

PACHECO FILHO, J. G.; KRUGER, S. **ESocial: Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PRITCHARD, A. Statistical Bibliography or Bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p 348–349, 1969.

QUEVEDO-SILVA, F.; SANTOS, E. B. A.; BRANDÃO, M. M.; VILS, L. Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, p. 246- 262, abr./jun. 2016.

RAMOS JÚNIOR, H. S.; GALIOTTO, S. Government-to-Business: The Brazilian Public Digital Bookkeeping System (Sped) and the eSocial Project. 14º Simpósio Argentino de Informática y Derecho - SID. **Anais [...]**, 2014.

ROCHA, R. **Vem aí o eSocial: o que você precisa saber.** **Contabilidade em Pauta**, Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://ojs.santacruz.br/index.php/Contabilidade/article/view/2049>. Acesso em: 11 dez. 2018.

RODRIGUES, G. H.; SILVA, L. E; ALFREDO, M. L.; DONZELLI, O. eSocial: uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governos. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)**, v. 1, n. 1, edição 1, jan./dez. 2013.

SANTOS, G.; LOCKS, L.; SILVEIRA, G. A. E social: um projeto do Governo Federal. **Revista empreendedorismos e sustentabilidade**, São Jose- SC, v. 1, n. 2015, p. 1-5, 2015.

TORRACO, R. Writing Integrative Literature Reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, p. 356, 2005.

VERDINELLI, M. A. Relação entre competências empreendedoras e desempenho: um estudo em empresas prestadoras de serviços contábeis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 49-59, 2014.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. -162, 2002.

VELUCCI, R. G; VALNELLI-COSTA, L.; CAPELLOZA, A; KUBO, E. K. M. Os desafios da implantação do eSocial. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 12, n. 1, p. 67-81, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016